



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

PORTARIA N.º 288, DE 06 DE ABRIL DE 2009

Institui o Grupo de Trabalho de Gestão em Segurança da Informação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício de suas atribuições previstas no art. 20 da Lei Complementar Estadual n.º 165, de 28 de abril de 1999, e no art. 28, incisos IV e XLII, do Regimento Interno, e ainda:

CONSIDERANDO a Resolução N.º 17/2006-TJ, que dispõe sobre a utilização dos ativos de informática e Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer políticas, diretrizes e padrões com o fito de garantir o uso adequado dos ativos de informática e um ambiente tecnológico controlado e seguro, de forma a oferecer a estes ativos os princípios norteadores da Segurança da Informação: integridade, confidencialidade e disponibilidade;

CONSIDERANDO a necessidade da efetiva participação de Magistrados e Serventuários do Poder Judiciário objetivando dar maior eficiência e eficácia às políticas de segurança a serem aplicadas no âmbito do Poder Judiciário;

RESOLVE:

Art. 1.º. Instituir o Grupo de Trabalho de Gestão em Segurança da Informação – GT-GSI, nos seguintes termos:

§ 1.º. O Grupo de Trabalho de Gestão em Segurança da Informação, GT-GSI, constitui órgão permanente da estrutura do Tribunal de Justiça, subordinado à Comissão de Gestão de Informática, com as seguintes atribuições:

a) Basear-se na Resolução n.º 17/2006-TJ, revisando-a e atualizando-a quando necessário, encaminhando a minuta com alterações para apreciação da Comissão

de Gestão de Informática, que se encarregará, após avaliação, do encaminhamento ao Tribunal Pleno do Poder Judiciário;

b) Participar da elaboração da Política de Segurança da Informação - PSI, baseando-se na Resolução nº 17/2006-TJ, propondo revisão e atualização periódicas, encaminhando relatório à CGINFO para apreciação e deliberação de encaminhamento ao Tribunal Pleno do Poder Judiciário;

c) Discutir, sugerir, revisar e atualizar as políticas e planos de segurança da informação que nortearão o cumprimento da Resolução nº 17/2006-TJ, as quais serão apreciadas pela CGINFO para validação;

d) Receber as comunicações enviadas pela Secretaria de Informática quanto ao descumprimento das normas referentes às políticas de segurança da informação, instruindo-as com os elementos necessários à sua análise e apresentando parecer à CGINFO;

e) Solicitar, sempre que necessário, a realização de auditorias e perícias pela Secretaria de Informática, referente ao uso dos recursos de tecnologia da informação;

f) Realizar análises de riscos periódicas, no que tange aos ativos físicos e lógicos do Poder Judiciário;

g) Coordenar ações que se fizerem necessárias quanto a incidentes que comprometam a segurança da informação;

h) Atuar de forma coordenada com outras áreas, referentes a assuntos que tratem de segurança da informação;

g) Receber e apreciar sugestões acerca da implantação de serviços tecnológicos aos usuários, emitindo parecer acerca da sua viabilidade no âmbito da segurança da informação.

§2º. O Grupo de Trabalho de Gestão em Segurança da Informação compõe-se de seis membros, sendo:

I – Um Juiz de Direito, indicado pelo Presidente do Tribunal, o qual exercerá a Coordenação deste Grupo;

II – Um Juiz de Direito, indicado pela Associação dos Magistrados do RN - AMARN;

III – O Secretário de Informática do Tribunal de Justiça;

IV – Um profissional especializado em Segurança da Informação, indicado pelo Secretário de Informática do Tribunal de Justiça;

V – O(A) Coordenador(a) de conectividade e redes de informática do Tribunal de Justiça;

VI – Um Servidor, indicado pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do RN;

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Desembargador RAFAEL GODEIRO
Presidente